



CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

DIVISÃO DE URBANISMO

SERVIÇO DE PLANEAMENTO

Plano de Pormenor da 1ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Resumo Não Técnico



ABRIL DE 2022



ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica.....	4
3. Objeto de Avaliação da proposta de PP-PG.....	5
3.1. Objeto de Avaliação	5
3.2. Alternativas de Localização	7
4. Elementos determinantes para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão.....	8
4.1. Objetivos Estratégicos da proposta do PP-PG	9
4.2. Definição do Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PP-PG	9
4.3. Identificação das Questões Ambientais relevantes para a proposta de PP-PG	10
5. Fatores Críticos para a Decisão	11
5.1. Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão e seus objectivos	11
5.1.1. Ordenamento do Território	11
5.1.2. Desenvolvimento Socioeconómico	14
5.1.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos	16
5.2. Situação existente e análise de tendências.....	20
5.2.1. Ordenamento do Território	20
5.2.2. Desenvolvimento Socioeconómico.....	20
5.2.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos.....	21
5.3. Efeitos esperados da proposta do PP-PG por Fator Crítico para a Decisão.....	22
5.3.1. Ordenamento do Território	22
5.3.2. Desenvolvimento Socioeconómico.....	23
5.3.3. Recursos Naturais e Prevenção de riscos.....	23
5.4. Oportunidades e Ameaças para o ambiente previstas com a implementação da proposta	25
5.4.1. Ordenamento do Território	25
5.4.2. Desenvolvimento Socioeconómico.....	25
5.4.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos.....	26
5.5. Diretrizes para Seguimento	26
5.5.1. Ordenamento do Território	26
5.5.2. Desenvolvimento Socioeconómico.....	27
5.5.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos	28
6. Orientações para a Implementação de um Plano de Controlo	30
7. Quadro de Governança para a Ação	34
8. Considerações Finais	35

1. Introdução

A **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE) de Planos é um procedimento obrigatório em Portugal que resulta da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de junho) que por sua vez decorre da legislação europeia (Directiva 2001/42/CE, de 25 de junho). No caso específico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica encontra-se evidenciada no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação do Plano.

O processo de AAE contempla a elaboração de um Relatório Ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano.

Tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do Plano, o Relatório Ambiental deve incluir as informações que possam ser necessárias para o processo de tomada de decisões.

Concluída a elaboração da proposta de Plano e anteriormente à sua aprovação, os elementos do Plano, assim como o Relatório Ambiental e respectivo Resumo Não Técnico, são submetidos a Discussão Pública, de forma a assegurar um processo participativo.

2. Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

A Avaliação Ambiental Estratégica segue, metodologicamente, as linhas de orientação presentes no “Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas e no documento de Orientação” (Partidário, 2007), no “Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (Partidário, 2012), e no Guia elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008). A Avaliação Ambiental Estratégica da proposta do Plano de Pormenor da 1ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra desenvolve-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, conforme se evidencia na figura seguinte.

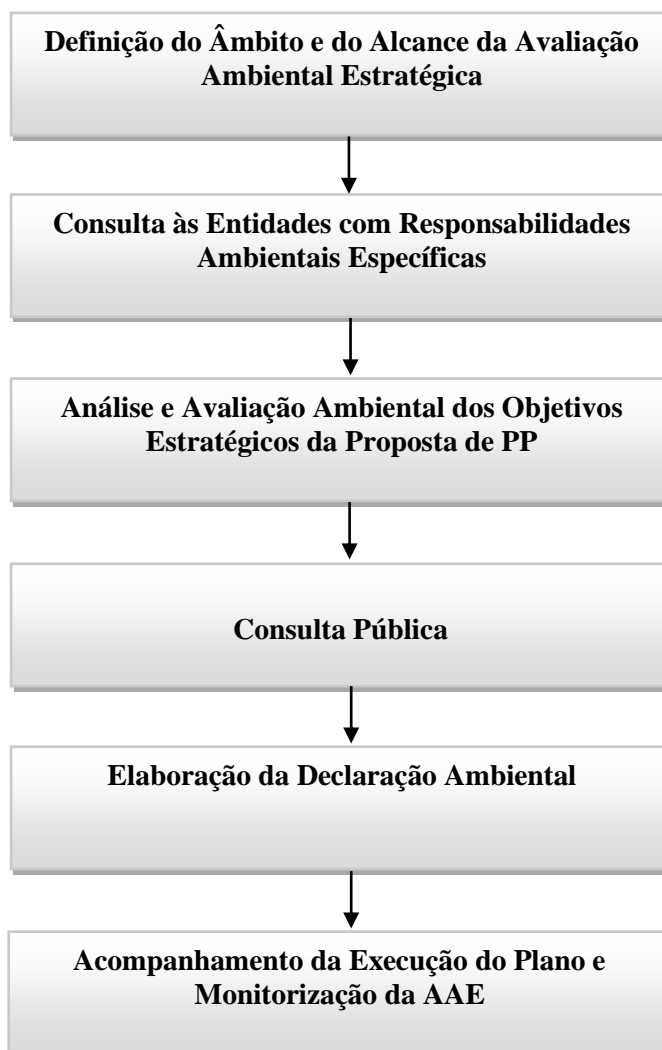


Figura 1 – Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

3. Objeto de Avaliação da proposta de PP-PG

3.1. Objeto de Avaliação

O objeto de avaliação do presente Relatório Ambiental diz respeito à **Proposta do Plano de Pormenor da 1ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra** e corresponde à primeira proposta apresentada para o território em questão, não havendo qualquer antecedente.

A área de intervenção do Plano de Pormenor da 1ª fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra localiza-se na zona norte do concelho da Figueira da Foz, maioritariamente na freguesia das Alhadas (17,7ha) e pontualmente na freguesia de Moinhos da Gândara (0,1ha), mais propriamente no local de Pinhal da Gandra. Abrange uma superfície aproximada de 17,8ha, confrontando a norte com a A17 (junto ao nó de Quiaios)

Ao nível do enquadramento do presente Plano de Pormenor no Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, importa referir que o PDM tem delimitada a UOPG 4 (Figura 2), destinada à área industrial e empresarial do Pinhal da Gandra, com execução prevista na forma de Plano de Pormenor.



Figura 2 – Localização da UOPG4 e da área afeta ao PP-PG

Em termos da classificação e qualificação do solo, a área que se pretende sujeitar a Plano de Pormenor encontra-se classificada como solo rústico, na subcategoria de Espaços Florestais de

Produção (17,79 ha) e residualmente, em Espaços Agrícolas de Produção II (0,01ha). O facto de se tratar de solo rústico, obriga à elaboração de um Plano de Pormenor com efeitos registais que sustente a sua reclassificação para solo urbano, na categoria de Espaços de Atividades Económicas, como previsto no PDM.

Assim sendo, a reclassificação do solo em causa processa-se através do procedimento de elaboração de Plano de Pormenor com efeitos registais, com identificação da área objeto de reclassificação, que no presente caso corresponde aos limites do Plano de Pormenor.

JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DO PP-PG

A presente proposta do Plano de Pormenor da 1ª fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra surge como resposta à necessidade de criar uma área territorial na zona norte do concelho da Figueira da Foz que permita a instalação de atividades económicas promovendo, desta forma, crescentes ganhos na economia local e aumentando o nível de competitividade das atividades económicas envolvidas nesta zona do concelho.

Por outro lado, a atual oferta de lotes para ocupação industrial e empresarial no concelho é diminuta, não existindo atualmente disponibilização de áreas para empresas que apresentem interesse em adquirir lotes de dimensão elevada, sendo que a pouca oferta que existe no concelho baseia-se em lotes de pequena e média dimensão.

Sobre este aspeto importa ainda referir que a pressão exercida por alguns particulares para a obtenção de terrenos com maiores dimensões demonstra a atratividade local para a instalação de unidades industriais com essas características.

A Figura 3 é possível apresenta os Espaços de Atividades Económicas (solo urbano) e Espaços de Atividades Industriais (solo rústico) identificados na Planta de Ordenamento do PDM, bem como a área de intervenção do PP-PG.

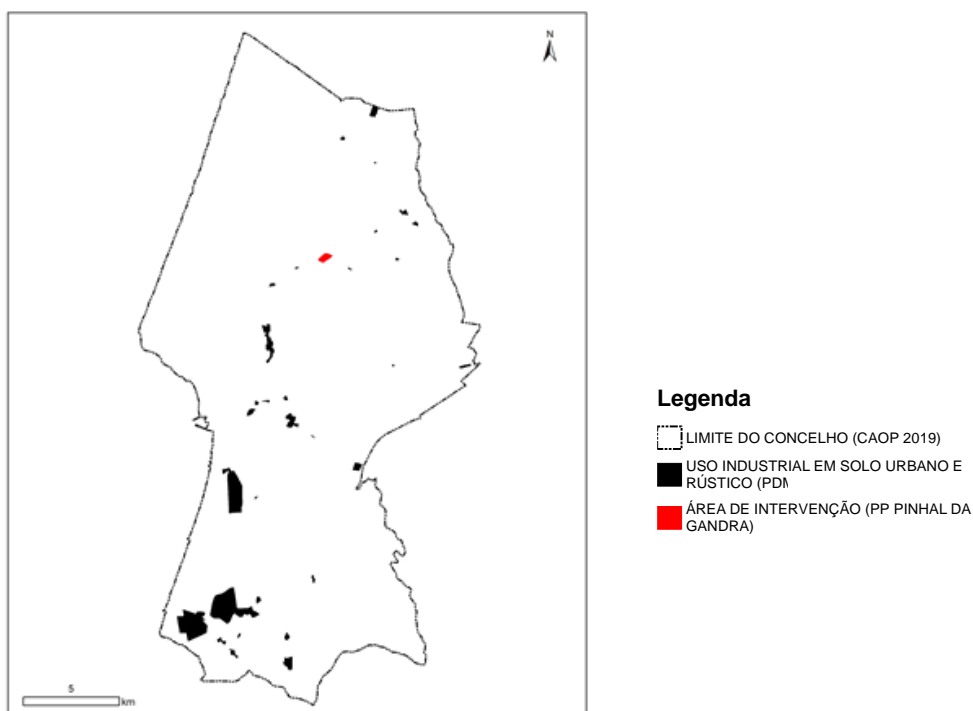


Figura 3 – Uso industrial existente no Concelho e área de intervenção do PP-PG

A figura anterior permite constatar que, efetivamente, existe já uma presença forte de espaços industriais a Sul do concelho, validando-se assim o desenvolvimento destes espaços a norte, através deste Plano de Pormenor.

3.2. Alternativas de Localização

Conforme referido anteriormente, o PDM da Figueira da Foz tem delimitada uma UOPG específica (UOPG 4), destinada à área industrial e empresarial do Pinhal da Gandra, com execução prevista na forma de Plano de Pormenor, pelo que a opção de localização para esta área industrial foi já objeto de estabilização aquando da elaboração da 1ª revisão ao PDM da Figueira da Foz.

Por outro lado, pela análise, argumentação e justificações suportadas na informação de base estabilizada no Relatório do Plano e nas Peças Desenhadas, não foram consideradas alternativas ao nível de desenho final, considerando-se que a estratégia proposta responde à melhor opção a ser tomada para o desenvolvimento territorial da área em estudo.

Importa ainda salientar que, conforme referido anteriormente, não existe nenhuma área industrial/empresarial localizada na zona norte do concelho, pelo que o presente Plano de Pormenor constitui-se como uma mais-valia de alavancagem para o desenvolvimento económico daquela zona. A área de intervenção apresenta, ainda, uma localização

geoestratégica determinante num quadro de significativa competitividade empresarial e de atração de investimento, beneficiando da proximidade imediata de importantes redes rodoviárias, proporcionada pela sua localização junto à A17, que é um ponto estratégico das infraestruturas rodoviárias na região, conferindo-lhe uma posição de excelência face ao contexto geoestratégico do concelho.

4. Elementos determinantes para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE, e têm como objectivo identificar os aspectos mais relevantes que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão.

A determinação dos Fatores Críticos para a Decisão (Figura 4) resulta da análise que considera a integração dos Objetivos Estratégicos (QE), apresentadas no presente PP, dos objetivos de cada um dos instrumentos de referência estratégica (Quadro de Referência Estratégico - QRE), tomando em consideração as Questões Ambientais (QA) seleccionados de entre os legalmente estabelecidos, tendo por base o reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido pelo Plano.

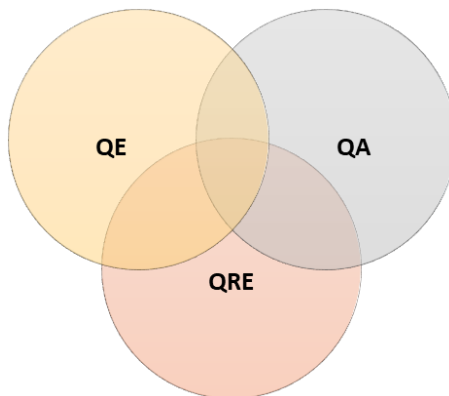


Figura 4 – Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).

4.1. Objetivos Estratégicos da proposta do PP-PG

No âmbito do Plano de Pormenor da 1ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra foram delineados os seguintes Objetivos Estratégicos para o PP-PG:

- 1) Dotar a zona norte do concelho de um espaço de atividades económicas atrativo, que proporcione um espaço adequado a uma nova realidade económica, capaz de criar condições de equilíbrio com os valores naturais envolventes e assegurar o seu enquadramento com o eixo viário da Rede Rodoviária Nacional (A17);
- 2) Capacitar o concelho de uma nova área industrial e empresarial com dimensões distintas da oferta existente no concelho, em resposta à procura de espaços de localização de maior dimensão para a instalação de novas atividades económicas;
- 3) Estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo, promovendo uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocação de novas atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas.
- 4) Concretizar área industrial e empresarial através da adoção de um modelo sustentável que garanta a inclusão e defesa dos princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental nos diversos domínios.

4.2. Definição do Quadro de Referência Estratégico para a proposta de revisão do PP-PG

O Quadro de Referência Estratégico estabelece as políticas ambientais definidas ao nível nacional e europeu, consideradas relevantes para a presente avaliação (Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro de Referência Estratégica para a AAE da proposta do PP-PG

Quadro de Referência Estratégico
Agenda Territorial 2020
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território PNPOT)
Portugal 2020
Agenda 2030
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)
Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)
Plano Nacional Integrado de Energia e Clima (PNEC 2030)
Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR2020)
Plano Nacional da Água (PNA)
Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA 2012-2020)
Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)

Quadro de Referência Estratégico
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020+)
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – Proposta (PROT-C)
Centro 2020
Visão estratégica para a Região Centro 2030
Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz
Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz
Plano Municipal de Defesa Florestal Contra Incêndios (PMDFCI)
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Figueira da Foz (PMEPCFF)
Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Figueira da Foz (EMAAC)

4.3. Identificação das Questões Ambientais relevantes para a proposta de PP-PG

A determinação dos Fatores Ambientais relevantes para a proposta do PP-PG foi orientada pelo definido na legislação nacional relativa à AAE.

Neste contexto, foram consideradas como Questões Ambientais mais significativas: “População”; “Saúde Humana”; “Solo”; “Água”; “Atmosfera”; “Fatores Climáticos”; “Bens Materiais” e “Paisagem”. Verifica-se que a “Biodiversidade”, “Fauna”, “Flora”, e “Património Cultural” não têm relevância para serem analisados no âmbito da AAE da proposta de PP-PG, sendo que a justificação da “fraca/nula” relevância destas Questões Ambientais prendem-se com o seguinte:

- A área do PP-PG não apresenta valores naturais de reconhecido valor, pelo que não são expectáveis alterações significativas implicadas pela execução do plano sobre os respetivos fatores ambientais. De facto, a área afeta ao presente Plano de Pormenor não se encontra inserida na Estrutura Ecológica Municipal, não integrando qualquer área inserida na Rede Nacional de Áreas Protegidas, não existindo igualmente áreas integradas na Rede Natura 2000.
- Não foi identificado nenhum elemento de génese cultural, arquitetónica ou arqueológica na área do PP.

5. Fatores Críticos para a Decisão

Com base no exposto no capítulo anterior foram definidos os seguintes **Fatores Críticos para a Decisão** que reúnem os aspectos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta de PP-PG:

- Ordenamento do Território
- Desenvolvimento Socioeconómico
- Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

5.1. Descrição dos Fatores Críticos para a Decisão e seus objectivos

Para cada um dos FCD foram definidos critérios de avaliação, objectivos e indicadores que contribuem para avaliar a sustentabilidade da estratégia definida nos objetivos da proposta do PP-PG, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

5.1.1. Ordenamento do Território

A proposta do Plano de Pormenor da 1ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra surge como resposta à necessidade de criar uma Área Industrial e Empresarial na zona norte do concelho da Figueira da Foz, que tenha condições para acolher atividades económicas, promovendo desta forma crescentes ganhos na economia regional e aumentando o nível de competitividade das atividades económicas envolvidas.

Neste contexto, a definição do fator crítico de decisão “Ordenamento do Território” pretende avaliar a organização espacial do território, tendo em conta os aspetos que conduzem a uma melhoria e valorização do espaço territorial. Visa avaliar o modo como é proposta a reclassificação do solo, por forma a garantir a atividade empresarial e industrial. Visa ainda avaliar a influência da proposta de Plano sobre a qualidade de vida das populações.

Pelo exposto e no âmbito da análise deste FCD, definiram-se três critérios de avaliação: “Território”, “Acessibilidade/Mobilidade” e “Qualidade de Vida”, de forma a permitir um enquadramento da análise suportada nos objetivos de sustentabilidade, que se ilustram no Quadro 2.

Quadro 2 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD – Ordenamento do Território

FCD	Critério	Objetivo de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Âmbito Territorial	Fonte
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Território	Fomentar a organização espacial do território	Categorias de uso do solo	Tipo e ha	Concelho / Área em estudo	Município
			Condicionantes e Restrições de Utilidade Pública	Tipo e ha	Concelho / Área em estudo	Município
			Áreas industriais e empresariais (localização e concentração)	N.º	Concelho	Município
			Taxa de ocupação das áreas industriais e empresariais existentes	%	Concelho/Área em estudo	Município
			Grau de execução das infraestruturas da área do PP ⁽²⁾	%	Área em estudo	Município
		Prevenir uma elevada impermeabilização do solo	Taxa de impermeabilização do solo ⁽¹⁾	%	Área em estudo	Município
	Acessibilidade / mobilidade	Garantir a mobilidade e acessibilidade na área do PP-PG	Extensão da rede viária e passeios	km	Concelho/Área em estudo	Município
			Lugares de estacionamento ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
			Fluxos gerados entre a área do Plano e as áreas urbanas envolventes ⁽¹⁾	-	Concelho /Área em estudo	Município
	Qualidade de vida	Promover um correto ordenamento biofísico	Área destinada a espaço verde ⁽¹⁾	m²	Área em estudo	Município
		Garantir um nível de infraestruturização adequado na área do PP-PG	Taxa de cobertura com infraestruturas: abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, gás e eletricidade	%	Concelho /Área em estudo	Município
			Percentagem do número total de análises realizadas à água de abastecimento público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação	%	Concelho /Área em estudo	Águas da Figueira/ Município



FCD	Critério	Objetivo de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Âmbito Territorial	Fonte
			Percentagem do número de análises que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas (de acordo com o título de utilização do domínio hídrico)	%	Concelho /Área em estudo	Águas da Figueira/ Município

(1) - Indicador decorrente da proposta do PP-PG, sendo analisado na avaliação da implementação do Plano

(2) - Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.1.2. Desenvolvimento Socioeconómico

A proposta do PP-PG surge como resposta à necessidade de criar uma Área Industrial e Empresarial a norte do concelho da Figueira da Foz, que pretenda acolher atividades económicas, promovendo desta forma crescentes ganhos na economia regional e aumentando o nível de competitividade das atividades económicas envolvidas.

Neste contexto, a definição do fator crítico de decisão “Desenvolvimento Socioeconómico” pretende identificar/avaliar o contributo da proposta de Plano para a geração de valor social e económico concelhio, designadamente através da dinamização da atividade industrial e atividades conexas. Serão ainda avaliadas as consequências da dinamização económica na atração e fixação de população, através da criação e promoção de postos de trabalho.

Pelo exposto e no âmbito da análise deste FCD, definiram-se três critérios de avaliação, de forma a permitir um enquadramento da análise suportada nos objetivos de sustentabilidade, que se ilustram no quadro que se segue (Quadro 3).

Quadro 3 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Desenvolvimento Socioeconómico e respetivos critérios de avaliação, indicadores e âmbito territorial

FCD	CrITÉrio	Objetivo de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Âmbito Territorial	Fonte
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	População	Atrair e fixar a população	Taxa de crescimento anual da população residente	%	Concelho/ Freguesia	INE
		Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	Qualificação da população	-	Concelho/ Freguesia	INE
	Emprego	Promoção e criação de postos de trabalho	Taxa de desemprego	%	Concelho/ Freguesia	INE
			População ativa por setor de Atividade	%	Concelho/ Freguesia	INE
			Postos de trabalho criados ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
	Estrutura empresarial	Desenvolver o setor empresarial	Atividade económicas instaladas	N.º	Concelho	Município
			Empresas instaladas ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
			Empresas por setor de atividade ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
			Empresas com Certificação Ambiental ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
		Dinamizar a economia do concelho	Rendimento médio	Milhares €	Concelho	INE
			Rendimento médio mensal por trabalhador por conta de outrem	€	Concelho	INE

(1) Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.1.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

A Preservação dos Recursos Naturais e a Prevenção de Riscos constituem fatores importantes para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Quando os critérios de preservação dos recursos naturais e de prevenção de riscos são desde cedo introduzidos como desígnios a garantir através dos Instrumentos de Ordenamento do Território contribui-se para o desenvolvimento sustentável e o alcance de elevados níveis de competitividade.

Reconhecendo-se que a proposta do presente Plano de Pormenor preconiza ações que envolvem direta e indiretamente questões determinantes para a preservação de recursos naturais e prevenção de riscos, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caracterização da situação atual da área sob influência do Plano, de forma a que, antecipadamente, e se necessário, possam ser projetadas intervenções mitigadoras ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente congreguem potenciais impactes ambientais negativos.

Neste âmbito, as questões que se anteveem como relevantes, ao nível deste FCD, são a gestão de resíduos, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos e da qualidade do ar, a prevenção da poluição sonora, assim como a prevenção dos riscos.

De forma a auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar sobre o FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos, identificaram-se os respetivos critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores (Quadro 4).

Quadro 4 – Domínios de avaliação, critérios de avaliação e indicadores associados ao FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

FCD	Critério	Objetivo de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Âmbito Territorial	Fonte
RECURSOS NATURAIS E PREVENÇÃO DE RISCOS	Resíduos	Promover uma política adequada de gestão de resíduos na área do PP-PG	Produção de resíduos urbanos	%	Concelho	Município
			Valorização dos resíduos produzidos	Ton/tipologia	Concelho/ Área em estudo	INE/ Município
	Água	Promover a proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Linhas de água existentes	Tipo e n.º	Área em estudo	APA
			Qualidade da água superficial e subterrânea	Estado	Concelho	APA
			Fontes de poluição hídrica	Nº e tipo	Concelho/ Área em estudo	INE/ Município
			Origem e disponibilidade de água	-	Concelho/	APA
		Promover o uso e gestão eficiente da água	Consumo de água	%	Área em estudo	Município
			Perdas reais de água pelo sistema de abastecimento público	%	Concelho/ Área em estudo	Município
			Percentagem de água (residual tratada, bruta, consumo humano), usada na rega dos espaços ajardinados deste PP ⁽¹⁾	%	Área em estudo	Município
			Percentagem de afluentes indevidas (essencialmente águas pluviais e de infiltração) afluente ao sistema de drenagem de água residual ⁽¹⁾	%	Área em estudo	Município
			Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	N.º	Área em estudo	Município
	Ar	Promover uma gestão adequada da qualidade do ar	Qualidade do ar	Classe	Concelho	CCDRC
			Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	N.º	Concelho	CCDRC
			Poluentes atmosféricos registados e respetiva tipologia ⁽¹⁾	N.º e Tipo	Área em estudo	Município

FCD	Critério	Objetivo de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Âmbito Territorial	Fonte
			Queixas da população relativamente à qualidade do ar ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
	Ruído	Redução dos níveis de ruído, assegurando a qualidade do ambiente sonoro	População exposta a níveis sonoros LAeq acima dos valores limite	Nº de recetores	Concelho/ Área em estudo	Município
			Queixas da população relativamente ao ruído produzido na área do PP ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
	Energia	Promover uma utilização racional e eficiente da energia e a utilização de fontes de energia renováveis	Consumo de energia por sectores de atividade	kWh	Concelho/ Área em estudo	DGEG/ Município
			Empresas com sistemas de energias renováveis instalados ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
			Ações ecoeficientes das empresas instaladas ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
	Riscos	Reduzir o risco de incêndio	Ocorrência de incêndios florestais	N.º	Área em estudo	ICNF/ Município
			Área ardida na zona do plano	ha	Área em estudo	ICNF/ Município
			Execução da Faixa de Gestão de Combustível ⁽¹⁾	ha	Área em estudo	Município
		Promover a conservação dos edifícios e do património construído	Ocorrência de incêndios industriais ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
			Número de edifícios afetados ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
		Prevenir a ocorrência de riscos tecnológicos/industriais	Planos e mecanismos de prevenção e minimização de riscos tecnológicos/industriais ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
		Diminuir os efeitos resultantes de acidentes com matérias perigosas	Acidentes com matérias perigosas	N.º	Área em estudo	Município

FCD	Critério	Objetivo de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Âmbito Territorial	Fonte
		Minimizar a ocorrência de situações de derrame de matérias perigosas	Ocorrência de derrames de matérias perigosas ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município
			Área de terreno afetada em resultado da ocorrência de derrame de matérias perigosas ⁽¹⁾	ha	Área em estudo	Município
		Minimizar os efeitos decorrentes de situações hidrológicas extremas	Ocorrência de cheias e inundações	N.º e área do PP afetada	Área em estudo	Município
			Medidas implementadas na defesa contra risco de inundações ⁽¹⁾	N.º	Área em estudo	Município

(1) Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.2. Situação existente e análise de tendências

5.2.1. Ordenamento do Território

A análise SWOT¹, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efetuada para a situação existente da área de intervenção da proposta do PP-PG, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD - Ordenamento do Território.

Quadro 5 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento do Território

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Boa rede de transportes rodoviários intra-concelhios - proximidade à Auto-estrada A17• Proximidade a grandes centros urbanos (Aveiro, Coimbra)• Localização geográfica privilegiada• Território com grande possibilidade de expansão industrial	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição da densidade populacional e da população residente• Aumento da taxa de desemprego na última década• Predomínio de empresas de pequena dimensão• Poucas áreas de expansão para a indústria
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Crescimento dos espaços industriais e empresariais, de forma a incrementar a localização de empresas na zona norte do concelho• Dinamização económica no concelho e na região fruto do aumento da atividade empresarial/industrial	<ul style="list-style-type: none">• Baixa capacidade de atração de investimentos e população ao nível municipal• Concorrência direta de outros concelhos próximos com grande capacidade de atrair investimento ao nível empresarial/industrial, como Pombal, Cantanhede, Aveiro e Leiria

5.2.2. Desenvolvimento Socioeconómico

A análise SWOT, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efetuada para a situação existente da área de intervenção da proposta do PP-PG, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD – Desenvolvimento Socioeconómico.

Quadro 6 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Desenvolvimento Socioeconómico

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Tendência de crescimento da população em idade ativa no setor terciário• Boas acessibilidades• Tendência para o crescimento do número de empresas no concelho• Tradição industrial no concelho com mão-de-obra qualificada	<ul style="list-style-type: none">• Tendência para a contínua perda de população residente• Aumento da taxa de desemprego• Indústria com pouca representatividade na região norte do concelho

¹ O termo SWOT significa - Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Dinâmica de procura para a instalação de novas actividades empresariais, com claros reflexos na possibilidade de aumento da oferta de emprego• Proximidade da Autoestrada A14 e A17, com ligações aos principais centros urbanos (Coimbra, Aveiro)	<ul style="list-style-type: none">• Saída de jovens qualificados em virtude da fraca oferta de emprego qualificado no concelho• Deslocação de empresas• Concorrência direta de outros concelhos próximos com grande capacidade de atrair investimento e indústria, como Pombal, Cantanhede, Aveiro e Leiria

5.2.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

A análise SWOT, apresentada no quadro seguinte, sistematiza a análise efetuada para a situação existente da área de intervenção da proposta do PP-PG, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos.

Quadro 71 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Estado químico da massa de água superficial localizada na proximidade da área em estudo, classificado como “Bom”• Estado quantitativo e qualitativo da massa de água subterrânea classificado como “Bom”• Diminuição do consumo de água entre 2009 e 2013• Reduzida taxa de perdas no sistema de abastecimento de água• Índice de qualidade do ar classificado como “Bom”	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da produção de resíduos sólidos urbanos, entre 2016 e 2019• Reduzida recolha seletiva de resíduos (cerca de 6%)• Aumento do consumo de energia elétrica, entre 2017 e 2018
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Instalação de estações de medição e qualidade do ar dentro do concelho• Capacidade de atração de novas unidades industriais, que se demonstrem sustentáveis do ponto de vista ambiental• Aposta na produção de energia a partir de fontes de energia renovável• Melhoria do desempenho ambiental das unidades industriais instaladas no concelho	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do tráfego rodoviário• Baixa sensibilização ecológica e ambiental

5.3. Efeitos esperados da proposta do PP-PG por Fator Crítico para a Decisão

5.3.1. Ordenamento do Território

A análise dos efeitos esperados da proposta do PP-PG foi efetuada tendo como base a avaliação da relação entre os efeitos dos objetivos estratégicos definidos e os indicadores estabelecidos para o FCD – Ordenamento do Território. A proposta do PP-PG poderá, assim, consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Efeitos positivos

- A área afeta ao presente PP encontra-se classificada como solo rústico, na subcategoria de Espaços Florestais de Produção. Esta área está inserida na UOPG4, destinada à Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra, com execução prevista na forma de Plano de Pormenor. Neste contexto, será alterada a classe de espaço de forma a enquadrar a proposta do PP. O presente PP permitirá uma maior organização espacial do território definindo, assim, o regime do uso do solo e garantindo a racionalização e qualificação dos espaços.
- A presente proposta de Plano de Pormenor elevará o nível de atratividade de novos investimentos, prevendo-se uma diversificação empresarial e um reforço da competitividade das unidades empresariais instaladas, com crescentes ganhos de importância na economia, quer local, quer regional. A presente proposta de PP pretende acolher indústrias e empresas de maior dimensão, que não se enquadrem na oferta atualmente existente ao nível dos espaços de atividades económicas.
- A solução adotada prevê a construção de um novo arruamento paralelo à A17 até à Rua dos Cavaqueiros e o melhoramento e alargamento da plataforma/faixa de rodagem e ajuste do traçado da Rua dos Cavaqueiros, que ligarão a futura área industrial e empresarial (“Rua A”) à Rua do Pincho/Rua da Esperança. Este arruamento também será fundamental para garantir a ligação das redes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, elétrica e telecomunicações. A solução adotada inclui ainda a construção de uma rotunda, tendo em vista a expansão da área industrial e empresarial em análise.
- A presente proposta de PP pressupõe a criação de zonas verdes que permitirão promover, por um lado, a infiltração das águas pluviais e consequente recarga de aquíferos e, por outro lado, que apresentem um tratamento paisagístico enquadrado na envolvente, privilegiando as espécies autóctones.
- A presente proposta de PP prevê que a área seja dotada de todas as infraestruturas necessárias à boa execução da zona industrial, nomeadamente: abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, gás e eletricidade.

Efeitos negativos

- A execução do presente PP pressupõe a impermeabilização do solo. No entanto, importa realçar que a criação de zonas verdes permitirá promover infiltração das águas pluviais e consequente recarga de aquíferos.
- Com a implementação do presente PP irá ocorrer um aumento de fluxos rodoviários entre a área do PP e as áreas envolventes, nomeadamente entre o lugar do Pincho, a sul, e o lugar de Casal Novo, a norte da área de intervenção, com maior circulação de veículos.

5.3.2. Desenvolvimento Socioeconómico

A análise dos efeitos esperados da proposta do PP-PG foi efetuada com base na avaliação da relação entre os efeitos dos objetivos estratégicos definidos e os indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento Socioeconómico. A proposta do PP-PG poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Efeitos positivos

- É expectável que a implementação da presente proposta induza dinâmicas positivas, uma vez que irá fortalecer a economia local com aumento dos níveis de empregabilidade, que se poderá traduzir num aumento da população residente, bem como atrair população mais jovem.
- A presente proposta de Plano de Pormenor do Pinhal da Gandra elevará o nível de atratividade de novos investimentos, prevendo-se uma diversificação empresarial e um reforço da competitividade das unidades empresariais instaladas, com crescentes ganhos de importância na economia, quer local, quer regional.

5.3.3. Recursos Naturais e Prevenção de riscos

A análise dos efeitos esperados pela proposta de PP-PG foi efetuada tendo por base os efeitos dos objetivos estratégicos que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos. Assim, objetivos do presente PP podem consubstanciar em efeitos positivos ou negativos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores seleccionados para a análise do FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos.

Efeitos Negativos

- A instalação de uma área industrial e empresarial impõe naturalmente um aumento da produção de resíduos, quer resíduos sólidos urbanos, quer resíduos industriais. Sobre esta matéria importa referir que a proposta de PP prevê a instalação de contentores em profundidade para a deposição de resíduos sólidos urbanos indiferenciados e de ecopontos para a deposição de resíduos recicláveis.
- Os recursos hídricos subterrâneos poderão ser afetados, decorrente das obras de implantação das infraestruturas. No entanto, todas as medidas serão tidas em conta durante os trabalhos de obra, sendo naturalmente cumprida a legislação vigente sobre essa matéria. Por outro lado, a área afeta ao presente PP não é atravessada por nenhuma linha de água pelo que não se prevê qualquer implicação ao nível da afetação dos recursos hídricos superficiais.
- Com a entrada em laboração das unidades industriais previstas é previsível um aumento no consumo de água a nível concelhio. Relativamente às necessidades de água por sector de atividade, é previsível um aumento das necessidades de água para fins industriais. No entanto, importa salientar que a infraestruturização desta área está a ser acompanhada pela entidade *Águas da Figueira, SA* e que a proposta de PP impõe medidas, ao nível do seu regulamento, que promovem a utilização eficiente da água.
- É expectável a ocorrência de emissões de poluentes para a atmosfera decorrentes da proposta do PP em estudo, estando estas relacionadas com a laboração das unidades industriais e com o tráfego rodoviário previsto para a área abrangida pelo presente PP. No entanto, naturalmente todas as unidades industriais a instalar deverão cumprir com o estipulado na legislação específica vigente.
- Todas as infraestruturas de transportes originam ruído, que poderá afetar recetores situados nas zonas envolventes. Para além disso, a presença de uma área industrial e empresarial irá implicar um aumento do tráfego rodoviário, com possível aumento dos níveis de ruído. No entanto, naturalmente todas as unidades industriais a instalar deverão cumprir com o estipulado na legislação específica vigente.
- Com a entrada em laboração das unidades industriais previstas é previsível um aumento no consumo de energia a nível concelhio. Ainda assim, a proposta de PP impõe algumas medidas, ao nível do seu regulamento, que promovem e incentivam a utilização racional da energia.

Por outro lado, embora a prevenção de riscos não esteja consagrada em nenhum dos objetivos estratégicos da proposta do PP, estes são inerentes às atividades a implantar naquele território. No âmbito da contribuição da proposta do PP-PG para a sustentabilidade ambiental e prevenção da degradação dos recursos naturais, é no cumprimento do seu Objetivo Estratégico 4 que tal será alcançado, o qual refere “concretizar a área industrial e empresarial através da adoção de um modelo sustentável que garanta a inclusão e defesa dos princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental nos diversos domínios”.

5.4. Oportunidades e Ameaças para o ambiente previstas com a implementação da proposta

5.4.1. Ordenamento do Território

A análise de oportunidades e ameaças previstas com a execução da proposta do PP-PG (suportada pela análise anterior dos efeitos esperados) é apresentada de forma sumária no Quadro 8, evidenciando as questões que decorrem dos principais impactes significativos, positivos e negativos, produzidos pela referida proposta, no que respeita ao Ordenamento do Território.

Quadro 82 - Oportunidades e Ameaças da proposta de PP-PG no que respeita ao FCD – Ordenamento do Território

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Condições operacionais para a qualificação de uma base económica/empresarial sustentável, distinta da existente, capaz de acolher empresas e indústrias de maior dimensão• Exploração do potencial de localização empresarial representado pela relação facilitada com A17• Incremento do nível e atratividade de novos investimentos	<ul style="list-style-type: none">• Impactos ambientais causados pela instalação de novas unidades empresariais• Impactos paisagísticos na área envolvente• Aumento dos níveis de impermeabilização do solo

5.4.2. Desenvolvimento Socioeconómico

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o território será afetado com a implementação da proposta do PP-PG. Neste contexto, o quadro seguinte identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta do PP-PG., no que respeita ao FCD – Desenvolvimento Socioeconómico.

Quadro 9 - Oportunidades e Ameaças da proposta do PP-PG no que respeita ao FCD – Desenvolvimento Socioeconómico

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Localização geoestratégica privilegiada, encontrando-se na proximidade de excelentes acessos rodoviários, nomeadamente a A17 e a EN109• Aumento da competitividade e produtividade, quer regional quer municipal• Dinamização do tecido empresarial e industrial, com esperados reflexos positivos ao nível do crescimento e do emprego• Aumento da empregabilidade local	<ul style="list-style-type: none">• Aumento dos fluxos e dos volumes de tráfego, em especial, de veículos pesados.

5.4.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos naturais serão afetados com a implementação da proposta do PP-PG. Neste contexto, o quadro seguinte identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta do PP-PG, no que respeita ao FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos.

Quadro 3 – Oportunidades e Ameaças da proposta do PP-PG no que respeita ao FCD – Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Melhoria do desempenho ambiental do município com aposta na criação de modelos de gestão para a área industrial e empresarial• Otimização e racionalização de equipamentos e infraestruturas básicas de apoio à atividade empresarial• Contribuição para uma maior qualificação ambiental das áreas de atividade produtiva• Solos não sujeitos a impermeabilização objeto de jardinagem e arborização, constituindo áreas verdes	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da produção de resíduos• Produção de efluentes domésticos e industriais• Aumento do consumo de água e energia• Possível emissão de poluentes para a atmosfera• Possível aumento dos níveis de ruído• Possível aumento do tráfego rodoviário• Risco de incêndio

5.5. Diretrizes para Seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que permitirão contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta do PP no que respeita ao Ordenamento do Território, Desenvolvimento Socioeconómico, Recursos Naturais e Prevenção de Riscos, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

5.5.1. Ordenamento do Território

Com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta do PP-PG pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações que podem servir para atingir dos objectivos de sustentabilidade definidos para o FCD “Ordenamento do Território”:

- Promover um correto ordenamento dos espaços empresariais, criando uma zona devidamente infraestruturada.
- Promover uma correta utilização e gestão dos espaços empresariais, incorporando critérios de planeamento e de gestão reveladores de preocupações com a imagem e a estrutura.
- Assegurar a minimização de áreas impermeabilizadas nos espaços industriais criados.

- Garantir a criação de ligação da área do plano aos eixos viários estruturantes (EN109 e A17), que promovam e intensifiquem as relações com os concelhos vizinhos e a articulação com a rede viária de importância regional.
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.
- Promover uma correta gestão dos espaços verdes.
- Garantir a disponibilidade e o acesso de todas as unidades industriais instaladas a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação em todas as atividades das empresas instaladas de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental.

Neste seguimento, espera-se que a proposta do presente PP contribua para promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal desejáveis, potenciando os fatores e as oportunidades de desenvolvimento que decorrem da localização geográfica e do quadro de acessibilidades existente. Espera-se, ainda, que a execução do PP se assuma como exemplo de referência de um espaço planeado e ordenado, integrando as preocupações e os princípios que caracterizam os recentes modelos de urbanismo, de planeamento e de ordenamento do território.

5.5.2. Desenvolvimento Socioeconómico

As diretrizes de seguimento apresentadas permitirão contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta do PP-PG, no que respeita ao “Desenvolvimento Socioeconómico”:

- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego.
- Promover contratação de mão-de-obra local.
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas.
- Garantir a disponibilidade e o acesso de todas as unidades empresariais instaladas a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação, em todas as atividades das empresas instaladas, de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental.

Concluindo, espera-se que a presente proposta do PP-PG contribua para promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal desejáveis, potenciando os fatores e as oportunidades de desenvolvimento que decorrem da localização geográfica da área de intervenção e do quadro de acessibilidades existente. Espera-se ainda que a execução do PP se assuma como exemplo de

referência de um espaço planeado e ordenado, integrando as preocupações e os princípios que caracterizam os recentes modelos de urbanismo, de planeamento e de ordenamento do território.

5.5.3. Recursos Naturais e Prevenção de Riscos

As diretrizes de seguimento pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta do PP-PG no que respeita aos recursos naturais e prevenção de riscos.

Relativamente aos Resíduos, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Garantir a inscrição no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos pelas Unidades Industriais implantadas.
- Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro.
- Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelas unidades industriais a instalar.
- Promover ações de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.
- Definir um Programa de Monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro.

No que respeita à Água, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Assegurar o uso racional e eficiente da água.
- Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos (medidas de redução do consumo de água, entre outras).
- Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano.
- Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água.
- Assegurar e promover ações que visem o uso eficiente e racional da água.
- Garantir a manutenção das redes de infraestruturas de modo a minimizar as perdas e fugas.
- Assegurar que os sistemas de abastecimento de água para consumo humano se encontram a funcionar de forma adequada.
- Assegurar que os sistemas de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada.

De modo a acautelar uma eventual degradação da qualidade do ar na área de intervenção, recomenda-se o seguinte:

- Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera.
- Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados.

Relativamente ao Ruído, deverá ser acautelado:

- Cumprimento dos níveis de ruído estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído.
- Assegurar que as emissões de níveis de ruído não perturbam a saúde humana e o bem-estar das populações.

No que respeita à Energia, recomenda-se que se actue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético.
- Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.

Relativamente aos Riscos, recomenda-se o seguinte:

- Garantir o cumprimento do estabelecido no PMDFCI com interferência no PP.
- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características dos edifícios a instalar.
- Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
- Monitorizar a implementação dos planos de segurança e emergência face a ocorrência de acidentes rodoviários com transportadoras de matérias perigosas.

6. Orientações para a Implementação de um Plano de Controlo

Para que a proposta do Plano de Pormenor da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi desenvolvido um Plano de Controlo que visa assegurar a garantia de monitorização e avaliação, na fase de execução do plano. Este plano insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento, programação e execução da proposta do PP em análise.

Importa que a aplicação das orientações definidas seja monitorizada através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Estas orientações para um Plano de Controlo (Quadro 11) apresentam os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento. As metas estabelecidas deverão ser alcançadas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição e/ou ajuste de novas medidas.



Quadro 11. – Orientações para a implementação do Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município

FCD	Indicador		Unidade	Valor Base – situação atual	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Âmbito Territorial	Metas pretendidas para a área territorial em análise
Ordenamento do Território	Território						
	Espaço Industrial e Empresarial ⁽¹⁾		ha	-	CMFF	Área do PP	17,8
	Taxa de ocupação da área industrial e empresarial ⁽¹⁾		%	-	CMFF	Área do PP	100
	Taxa de impermeabilização do solo ⁽¹⁾		%	-	CMFF	Área do PP	*
	Espaços Infraestruturados ⁽¹⁾	Espaços de infraestruturas	ha	-	CMFF	Área do PP	2646,2
		Espaço verde de utilização coletiva	ha	-	CMFF	Área do PP	40494,2
		Espaços-Canal	ha	-	CMFF	Área do PP	27954,0
	Acessibilidade/Mobilidade						
	Extensão da rede viária ⁽¹⁾		km	-	CMFF	Área do PP	1,1
	Lugares de estacionamento ⁽¹⁾	Ligeiros	N.º	-	CMFF	Área do PP	167
		Pesados	N.º	-	CMFF	Área do PP	65
	Qualidade de Vida						
	Taxa de cobertura com Infraestruturas ⁽¹⁾	Abastecimento de água	%	-	CMFF	Área do PP	100
		Drenagem e tratamento de águas residuais	%	-	CMFF	Área do PP	100
		Gás	%	-	CMFF	Área do PP	100
		Eletricidade	%	-	CMFF	Área do PP	100
	Percentagem do número total de análises realizadas à água de abastecimento público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação ⁽²⁾		%	-	Águas da Figueira	Freguesia	100
	Percentagem do número de análises que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas (de acordo com o título de utilização do domínio hídrico) ⁽²⁾		%	-	Águas da Figueira	Área do PP	100

FCD	Indicador		Unidade	Valor Base – situação atual	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Âmbito Territorial	Metas pretendidas para a área territorial em análise
Desenvolvimento Socioeconómico	População						
	População ativa ⁽²⁾	Figueira da Foz (concelho)	N.º	24.401	2011/INE	Concelho	Aumentar
		Alhadas (freguesia)	N.º	1.528	2011/INE	Freguesia	Aumentar
	Emprego						
	Taxa de desemprego ⁽²⁾		%	12,71	2011/INE	Concelho	Diminuir
	Postos de trabalho criados ⁽²⁾		N.º	-	-	Área do PP	*
	Estrutura Empresarial						
	Atividade económicas instaladas (empresas) ⁽²⁾		N.º	6.670	2019/INE	Concelho	Aumentar
	Empresas instaladas ⁽²⁾		N.º	-	-	Área do PP	*
	Empresas instaladas por setor de atividade ⁽²⁾		N.º	-	-	Área do PP	*
	Empresas com Certificação Ambiental ⁽²⁾		N.º	-	-	Área do PP	*
	Rendimento médio mensal por trabalhador por conta de outrem ⁽²⁾		€	1171	2018/INE	Concelho	*
Recursos Naturais e Prevenção de Riscos	Resíduos						
	Valorização dos resíduos produzidos ⁽²⁾		Ton/tipologia	-	2021/ CMFF, INE	Área do PP	*
	Água						
	Qualidade da água superficial ⁽²⁾		Classe	Rio Foja: Estado Ecológico – “Razoável” e Bom “Estado Químico”	2019/APA	Município	Bom ou superior
	Qualidade da água subterrânea ⁽²⁾		Classe	Sistema Aquífero Viso-Queridas: Bom	2019/APA	Município	Bom ou superior
	Consumo de água potável consumida ⁽²⁾		m³/ano	-	CMFF	Área do PP	*
	Perdas reais de água pelo sistema de abastecimento público ⁽²⁾		%	-	CMFF	Área do PP	0
	Percentagem de água residual tratada usada na rega dos espaços ajardinados ⁽²⁾		%	-	CMFF	Área do PP	*
	Percentagem de água bruta usada na rega dos espaços ajardinados ⁽²⁾		%	-	CMFF	Área do PP	*
	Percentagem de água proveniente do sistema de abastecimento de água para consumo humano usada na rega dos espaços ajardinados ⁽²⁾		%	-	CMFF	Área do PP	0

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base – situação atual	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Âmbito Territorial	Metas pretendidas para a área territorial em análise
	Percentagem de aflúências indevidas (essencialmente águas pluviais e de infiltração) afluente ao sistema de drenagem de água residual ⁽²⁾	%	-	CMFF	Área do PP	0
	Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	*
	Ar					
	Quantidade de poluentes registados ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	*
	Tipologia de poluentes atmosféricos ⁽²⁾	Tipo	-	CMFF	Área do PP	*
	Queixas da população relativamente à qualidade do ar ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Ruído					
	Queixas da população relativamente ao ruído ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Energia					
	Empresas com sistemas de energias renováveis instalados ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	*
	Ações ecoeficientes das empresas instaladas ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	*
	Riscos					
	Ocorrência de incêndios florestais ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Área ardida ⁽²⁾	ha	-	CMFF	Área do PP	0
	Execução da Faixa de Gestão de Combustível ⁽¹⁾	N.º e ha	-	CMFF	Área do PP	*
	Ocorrência de incêndios industriais ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Número de edifícios afetados ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Planos e mecanismos de prevenção e minimização de riscos tecnológicos/industriais ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	*
	Acidentes com matérias perigosas ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Ocorrência de derrames de matérias perigosas ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Área de terreno afetada em resultado da ocorrência de derrame de matérias perigosas ⁽²⁾	ha	-	CMFF	Área do PP	0
	Ocorrência de cheias e inundações ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0
	Medidas implementadas na defesa contra risco de inundações ⁽²⁾	N.º	-	CMFF	Área do PP	0

- Não existe informação

(1) Indicadores de avaliação da execução do PP

(2) Indicadores destinados a avaliar e controlar os efeitos negativos no ambiente resultante da implementação das ações previstas

* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta), recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

7. Quadro de Governança para a Ação

O quadro de governança para a ação constitui um suporte fundamental para o sucesso do processo de implementação da proposta do PP-PG, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se a governança “*como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia*” (Partidário 2007), pretendeu-se estabelecer um quadro de governança que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD, bem como a concretização das diretrizes propostas.

São assim identificadas as entidades e os agentes com competências específicas na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura implementação do PP em avaliação (Quadro 12).

Quadro 12 – Quadro de Governança para a Acção

Entidades	Ações
Ministério de Economia – Delegação Regional do Centro	- Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Agência Portuguesa do Ambiente	- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional da Saúde do Centro, IP	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Autoridade Nacional de Proteção Civil	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência.
EDP / Distribuidor	- Garantir o fornecimento de Energia para a execução do Plano.
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	- Garantir e acompanhar a recolha dos resíduos indiferenciados
SUMA	- Garantir e acompanhar a recolha dos resíduos recolhidos de forma seletiva.
Câmara Municipal da Figueira da Foz	- Desenvolver processos de participação pública. - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PP decorram de forma sustentável. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Juntas de Freguesia	- Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública.

8. Considerações Finais

O presente relatório serve de base à segunda fase do processo de AAE da proposta de Plano de Pormenor da 1ª fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra. A caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de PP em análise.

No processo de AAE foram tidos em consideração quatro objetivos estratégicos que, associados ao conhecimento das questões ambientais determinantes para a área de intervenção, e ainda a um conjunto de instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para o plano, suportaram a determinação dos três FCD analisados: “Ordenamento do Território”; “Desenvolvimento Socioeconómico” e “Recursos Naturais e Prevenção de Riscos”.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE. De facto, ao nível dos objetivos estratégicos da do presente PP denota-se a convergência com os objetivos propostos nos diversos instrumentos de cariz ambiental definidos no QRE.

Na avaliação efetuada não foram evidenciados/identificados impactes ambientais negativos significativos que não possam ser alvo da aplicação de medidas de gestão ambiental no âmbito da implementação das diretrizes de seguimento, tendo sido apresentado um Plano de Controlo onde se perspetiva que sejam monitorizados todos os indicadores definidos.

Salienta-se que a proposta de orientações de seguimento apresentada no Relatório Ambiental para cada FCD assenta numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta dos efeitos da execução desta alteração ao Plano.

Evidencia-se, ainda, a importância do acompanhamento da implementação do presente PP, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade definidos face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.